

A ORGANIZAÇÃO DO FUNDO GAVETAS DA TORRE DO TOMBO: PONTO DE SITUAÇÃO BIBLIOGRÁFICO

JOANA LENCART*

Resumo: *A Torre do Tombo é o maior arquivo português. O seu espólio, custodiado inicialmente na torre albarrã do castelo de São Jorge em Lisboa, foi sendo dilatado ao longo dos séculos, não obstante os incidentes históricos e naturais que cercaram o seu inestimável património em certas épocas da nossa história. Uma das mais amplas coleções do arquivo nacional diz respeito ao fundo Gavetas, composto por milhares de documentos desde o século XII até à atualidade. Este trabalho pretende fazer um ponto de situação sobre a produção bibliográfica relativa a esta coleção das Gavetas do arquivo nacional, de modo a sistematizar a informação compilada que poderá servir para futuros trabalhos de carácter histórico e historiográfico.*

Palavras-chave: *Torre do Tombo; Arquivo; Gavetas; História custodial; Memória histórica.*

Abstract: *Torre do Tombo is the largest Portuguese archive. Its content, initially kept in a tower of the São Jorge castle in Lisbon, has been expanded over the centuries, despite the historical and natural incidents that have surrounded its priceless heritage, at certain times in our history. One of the broadest collections in the national archive concerns the fund Gavetas, composed of thousands of documents from the 12th century to the present. This paper intends to make a state of the art about the bibliographic production related to this collection Gavetas and its content, in order to systematise the compiled information that could be used for future historical and historiographic works.*

Keywords: *Torre do Tombo; Archive; Gavetas; Custodial history; Historical memory.*

1. O ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

A conservação e guarda dos diplomas e atos jurídicos emanados do rei era uma prática remota. Os documentos considerados mais necessários acompanhavam, frequentemente, a corte na sua itinerância e os outros eram entregues à guarda de instituições religiosas, nos alvares da nacionalidade, como foi o caso do mosteiro da Costa em Guimarães ou o de Santa Cruz de Coimbra¹.

Inicialmente, era recolhida no arquivo régio documentação sobretudo de carácter fiscal, como os tombos da Coroa ou os Próprios da Coroa. Também os registos de Chancelaria, exarados pelos serviços administrativos da Coroa, passaram a ser guardados no arquivo². No reinado de D. Manuel é empreendida uma

* CITCEM/FLUP. Email: jlencart@letras.up.pt.

¹ RAMOS, 2001: 41.

² RIBEIRO, 2003a: I, 69. Sobre a prática da conservação e registo da documentação em Portugal e outros reinos medievais ver a bibliografia citada em RIBEIRO, 2003a: I, 699; para o caso espanhol, em particular, ver JANEIRO, 2017. Refram-se, ainda, as publicações dedicadas exclusivamente à bibliotecária e arquivística: «Cadernos BAD» (desde 1963) e «Páginas a&b» (desde 1997).

importante reforma da Torre do Tombo, sobretudo a nível da organização do arquivo³, e que será continuada nos reinados de D. João III e D. Sebastião, com Damião de Góis.

Autores como Cristóvão de Benavente (1583) afirmam que, desde o tempo do rei D. Dinis, haveria torre do tombo, enquanto arquivo régio⁴. Outros autores avançam para o reinado de D. Fernando a localização do referido arquivo numa das torres do castelo de Lisboa⁵. No reinado de D. João I, o arquivo já se designava torre com as escrituras do tombo⁶. Em 2003, Fernanda Ribeiro fez um ponto da situação sobre esta questão da primitiva instalação do arquivo da Coroa⁷.

Na sequência da resolução de D. Sebastião de se instalar nos velhos paços da Alcáçova, no castelo de S. Jorge, o monarca informou das suas intenções Damião de Góis, responsável pelo cartório da Torre do Tombo, instalado nos referidos paços. Numa carta enviada ao dito guarda-mor (1569), o rei dá-lhe ordens para mudar toda a documentação do cartório para a câmara do rei D. Fernando, encarregando-o de separar os papéis, ordenando-os por matérias, e de os guardar depois em caixas, cofres e escritórios que para tal existiam na dita torre⁸.

Uns anos antes do terramoto de 1755, a torre do castelo de Lisboa onde se encontrava o arquivo régio já estaria em mau estado de conservação, o que contribuiu para a sua ruína nesse dia⁹. Além do desmoronamento, não só se perdeu a primitiva ordem dos documentos e respetivas séries arquivísticas, mas também foram muito elevados os danos em grande parte dos livros, cujas encadernações se desfizeram provocando a separação dos cadernos e folhas¹⁰. Após o terramoto, o arquivo foi transferido para o mosteiro de São Bento, junto à calçada da Estrela, tendo aí permanecido desde 1757 até 1862, ano em que foi trasladado para outra ala do mosteiro, do lado da praça de São Bento¹¹. O decreto de 1834, que ditou a extinção das ordens religiosas, ordenou a incorporação progressiva, no arquivo da Torre do Tombo, de centenas de cartórios das instituições religiosas extintas¹², obrigando ainda à consequente adaptação do espaço para acolher tamanho volume de documentação. A necessidade de erigir um edifício condigno

3 RIBEIRO, 2003a: I, 70.

4 RIBEIRO, 2003a: I, 60-61. Documento de Cristóvão de Benavente publicado em DINIS, 1968: 153.

5 RIBEIRO, 2003a: I, 60-62.

6 ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Documentos Particulares, mç. 5, n.º 6 (1405).

7 RIBEIRO, 2003b: 1401-1414.

8 CRUZ, 2006: 155.

9 AZEVEDO, BAIÃO, 1905: 6.

10 RIBEIRO, 2003b: 1401.

11 BAIÃO, 1929: 5-6. Em 1862 foi sendo necessário ocupar outros espaços dentro do edifício, devido ao afluir das incorporações dos cartórios das instituições extintas. O deficiente acondicionamento aliado à humidade do edifício provocou a destruição de inúmeros documentos (RIBEIRO, 2003a: I, 410).

12 RIBEIRO, 2020: 8.

para albergar o arquivo nacional justificou a construção de um imóvel de raiz. Em dezembro de 1990, foi inaugurado o atual edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Alameda da Universidade de Lisboa¹³.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo enquanto instituição destinada à conservação da documentação do aparelho do Estado com valor histórico é uma criação do século XIX¹⁴. Em 1802, foi emitido um conjunto de *Ordens que se devem observar neste Real Arquivo daqui em diante*¹⁵, o qual tem sido considerado por alguns autores como o seu primeiro regulamento¹⁶. O advento do liberalismo deu origem à instituição do Arquivo Nacional, cujo regulamento, propriamente dito, data de 1823¹⁷. Não obstante, data apenas de um decreto de 1901 a primeira referência à possibilidade de aceder publicamente, pelos estudiosos, à documentação. Aceder publicamente sim, mas não indiscriminadamente, pois a leitura de documentos posteriores a 1501 carecia de autorização do diretor do arquivo e os posteriores a 1801 exigiam o consentimento do ministro do Reino¹⁸.

Ao longo dos séculos, a seleção da documentação a preservar conduziu, obrigatoriamente, à eliminação de documentos que hoje, para nós, teriam valor histórico. Procedeu-se, assim, a uma reorganização da documentação custodiada pelo arquivo régio. Gomes Eanes de Zurara, nomeado guarda-mor da Torre do Tombo em 1454, efetuou uma importante reforma a nível da seleção e preservação de documentação do arquivo régio. O cronista e guarda-mor copiou para novos códices documentos considerados importantes e resumos de outros, de acordo com a utilidade administrativa e o valor histórico de cada um¹⁹.

A par desta necessidade seletiva de preservação, outros fatores contribuíram para o depauperamento do património arquivístico, nomeadamente destruições e roubos. Refira-se, a título de exemplo, que entre 1526 e 1532 foram destruídos 76 livros de chancelarias régias²⁰. O domínio filipino infligiu pesadas perdas ao arquivo. Segundo o relatório de Jorge da Cunha, de 1631, «faltão muitos escritórios cheos de papeis de muita importancia que se levarão do archivo [...] e assy faltão vinte e tantos cofres lavrados e caixas encoiradas que estão cheas de papeis»²¹. Também o hábito de altos funcionários do Estado levarem para casa documentos do Estado propiciou a dispersão documental²². Gregório de Mascarenhas Homem, desembargador da Casa da Suplicação e guarda-mor da

13 MENDONÇA, 1991: 3-4.

14 SERRÃO, *coord.*, 1984: 23.

15 Publ. em RIBEIRO, 2003a: I, 98.

16 AZEVEDO, BAIÃO, 1905: 16; RIBEIRO, 2020: 7.

17 Regulamento de 1823 publicado no «Diário do Governo». 112 (1823-05-12) 911-912 (ref. por RIBEIRO, 2003b: 1402).

18 SERRÃO, *coord.*, 1984: 27.

19 RIBEIRO, 2003a: I, 74-75.

20 SERRÃO, *coord.*, 1984: 24.

21 Cit. COSTA, 1982: 12.

22 SERRÃO, *coord.*, 1984: 21.

Torre do Tombo, redigiu, a 12 de maio de 1639, um auto relativamente à falta, no arquivo, do livro antigo de leis de D. Afonso II²³. Cerca de dois anos mais tarde, em setembro de 1641, foi passada uma provisão por D. João IV, a pedido do mesmo Gregório de Mascarenhas Homem, guarda-mor da Torre do Tombo, para que este guardasse no arquivo a cópia que achara do *Livro de Linhagens* de Damião de Góis, em virtude de ter desaparecido o original²⁴. A 9 de outubro de 1641, o mesmo monarca decretou a proibição do empréstimo de livros do arquivo, mandando ainda recolher à Torre os que andavam extraviados em mãos particulares²⁵.

Conhecem-se, atualmente, alguns instrumentos de acesso à informação, nomeadamente, inventários, relatórios e catálogos, relativos à documentação existente no Arquivo da Torre do Tombo e que remontam, os mais antigos, ao século XVI.

O mais antigo inventário, ou relatório, conhecido acerca do acervo do arquivo nacional data de 2 de março de 1526. A pedido de D. João III, Tomé Lopes, escrivão do dito arquivo, informa o monarca da «calidade de cousas deste Tombo»²⁶. O escrivão cita a existência de «149 volumes de livros», que seriam da chancelaria e de 47 livros da *Leitura Nova*, dez dos quais apenas começados. Esclarece ainda que os documentos que se costumavam conservar no arquivo diziam respeito à Coroa, a pessoas particulares, a igrejas e mosteiros, entre outros²⁷. O segundo e terceiro inventários, também da autoria de Tomé Lopes, datam de 1529 e 1532, e reportam-se à entrega do arquivo ao guarda-mor Fernão de Pina. O escrivão discrimina toda a documentação conservada no arquivo, referindo pormenorizadamente os diferentes livros, cartas, rolos, cadernos em papel e pergaminho, com ou sem selo²⁸. Todos três foram publicados por José Pessanha em 1905²⁹.

Em finais do século XVI, mais concretamente em 1583, Cristóvão de Benavente, a pedido de Filipe II, redige o *Memorial das cousas tocantes a Torre do Tombo*. Este relatório foi transcrito e publicado por Dias Dinis, em 1968³⁰. Trata-se de um documento com seis folhas, em papel, redigido pelo escrivão da Torre do Tombo, Cristóvão de Benavente (desde 1556), e que fazia parte de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Espanha. Segundo o dito escrivão, havia no arquivo, naquele ano de 1583, «muitas gavetas e armários fechados, dos originais

23 ANTT, *Gavetas*, Gav. 10, mç. 5, n.º 35.

24 ANTT, *Gavetas*, Gav. 10, mç. 5, n.º 34.

25 CRUZ, 1963: 202.

26 DINIS, 1968: 136.

27 RIBEIRO, 2003b: 1406.

28 RIBEIRO, 2003b: 1406.

29 PESSANHA, 1905: 288-303.

30 DINIS, 1968: 152-158.

das coisas que não são da matéria da chancelaria, como bulas, contratos de pazes e casamentos, demarcações dentre os reinos e outras matérias»³¹. Em 1622, Manuel Jácome Bravo terá elaborado novo inventário, mas desconhece-se a sua existência. Conhece-se, porém, uma minuta de carta que Jácome Bravo (guarda-mor desde 1632) dirigiu ao rei Filipe III, em 1634, a respeito das coleções do arquivo e a relatar o seu estado de conservação³², e transcrita no Apêndice 1 deste artigo. Lê-se no texto que redigiu que, no arquivo, havia 403 livros aos quais «convirá fazerem-se alfabetos». O dito guarda-mor acrescenta ainda que havia papéis soltos nos armários e caixotes do arquivo, mas que desses não trataria pois «para esses se concertarem pellas antiguidades e materias e se alfabetarem sera necessario huma idade inteira»³³.

Da segunda metade do século XVII, mais concretamente de finais do reinado de D. João IV (1656), data o documento intitulado *Livros e papeis que estão nos almarios da Casa da Coroa*, publicado por Fernanda Ribeiro, em 2003. Nas palavras da investigadora, trata-se de um «inventário topográfico que identifica o acervo documental dos 15 armários onde estava acondicionado o arquivo régio, nas instalações da torre do castelo de São Jorge»³⁴. Em 1675, D. António Alves da Cunha, por ocasião da sua nomeação, é incumbido da redação de um novo inventário do arquivo³⁵.

Em 1729-1730, no inventário topográfico redigido por António Dantas Barbosa, é-nos dado a conhecer o modo como estava organizado o arquivo da Casa da Coroa, o qual era composto então por 20 armários³⁶. Em 1776, o guarda-mor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho redigiu o *Inventario dos livros, maços e documentos que se guardam no Real Archivo da Torre do Tombo*. É considerado o mais antigo instrumento de acesso à informação, sobre a organização do referido arquivo, feito depois do terramoto de 1755, refletindo não a estrutura primitiva do arquivo, mas a remodelação iluminista na sequência da mudança para São Bento³⁷.

O primeiro «guia» do Arquivo a ser publicado pode dizer-se que foi a obra de Pedro de Azevedo e António Baião intitulada *O Archivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização* (1905), prestando um auxílio notável aos investigadores. Nesta obra, os autores têm um capítulo dedicado aos inventários e catálogos do arquivo, que recuam precisamente ao registo de

31 Cit. DINIS, 1968: 138 (transcrição p. 156).

32 Publ. em RIBEIRO, 1813: 163-165.

33 ANTT. Gavetas, Gav. 13, mç. 8, n.º 13.

34 RIBEIRO, 2003b: 1409, apêndice 1: 1409-1414.

35 RIBEIRO, 2003b: 1409.

36 RIBEIRO, 2003b: 1409.

37 RIBEIRO, 2003b: 1402.

Tomé Lopes³⁸. Esta iniciativa de Azevedo e de Baião só teria continuidade quase um século mais tarde, em 1998, com o início da publicação do *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo*³⁹.

Em 1922, António Mesquita de Figueiredo publicou um *Roteiro prático* do arquivo nacional que incluía a enumeração dos inventários e catálogos existentes até então no arquivo, a descrição sumária do conteúdo de algumas salas da Torre do Tombo e a notícia dos seus principais corpos⁴⁰.

António Baião, em 1929, num texto dedicado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, percorre as várias coleções que compõem o arquivo. Designa por fundo antigo todo o acervo anterior a 1820, o qual era composto por diversas coleções, entre as quais as *Gavetas*. Entre as incorporações posteriores a 1820, destacam-se centenas de cartórios dos extintos conventos (após 1834). Após 1911, deram entrada no arquivo nacional livros dos extintos conventos que se encontravam na Inspeção das Bibliotecas, nomeadamente do convento de Santa Cruz de Coimbra, que o autor destaca pela sua excecional importância⁴¹.

João Martins da Silva Marques (posteriormente diretor do arquivo nacional entre 1951 e 1960) publicou, no primeiro volume da revista «Ethnos» (1935), aquilo a que ele designou um «manual do Arquivo da Torre do Tombo», tratando-se do primeiro de três volumes que ele iria dedicar ao arquivo nacional, no género de trabalhos similares que se faziam para outros arquivos europeus, mas que nunca chegou a concluir. Neste primeiro e único volume, dedicou-se ao estudo dos índices, inventários, catálogos, roteiros, entre outros, do arquivo nacional, que o autor classificou como: a) não muito antigos (século XVI); b) fragmentários; c) incompletos; d) tecnicamente muito rudimentares e por vezes erróneos; e) dispersos e f) pouco acessíveis⁴².

Em 1984, sob a coordenação de Joel Serrão, inicia-se a publicação da coleção *Fontes da História Portuguesa Contemporânea*, cujo primeiro volume é dedicado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁴³.

Em abril de 1989 foi publicado o primeiro número de «Memória», revista anual editada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Não obstante ser um projeto que poderia ter dinamizado o conhecimento do acervo do arquivo nacional e promovido a publicação de fontes, só foi publicado mais um número em 1990. A revista era dirigida por Humberto Baquero Moreno, então diretor do

³⁸ AZEVEDO, BAIÃO, 1905: 43-49.

³⁹ FARINHA, GARCIA, 2001: 113. O *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo* tem seis volumes: os quatro primeiros volumes (1998-2002) são dedicados a instituições do Antigo Regime; o quinto (2004) a instituições contemporâneas e o sexto (2005) a coleções e arquivos de pessoas singulares, famílias, empresas, associações e outros.

⁴⁰ FIGUEIREDO, 1922 cit. RIBEIRO, 2003b: 1403.

⁴¹ BAIÃO, 1929: 6-35.

⁴² MARQUES, 1935: 118-119.

⁴³ SERRÃO, coord., 1984.

arquivo, e apostava na edição de fontes documentais, na descrição de fundos e na publicação de estudos e ensaios⁴⁴.

As publicações dedicadas ao Arquivo da Torre do Tombo são, como vimos, muito numerosas e já foram sistematizadas por vários autores⁴⁵. A mais abrangente publicação relativa às coleções e aos fundos do arquivo nacional está discriminada nos seis volumes do *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo*, publicados entre 1998 e 2005.

Em 2020, Fernanda Ribeiro publica, no *Dicionário de Historiadores Portugueses*, o trabalho intitulado *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, que se assume não apenas como uma sistematização sobre a constituição e evolução histórica do arquivo nacional, mas também como uma seleção da legislação mais relevante relativa ao arquivo. Paralelamente, apresenta uma completa resenha bibliográfica sobre o Arquivo da Torre do Tombo⁴⁶.

2. O FUNDO GAVETAS DA TORRE DO TOMBO: PONTO DE SITUAÇÃO BIBLIOGRÁFICO

O ponto de situação bibliográfico relativo ao fundo *Gavetas* da Torre do Tombo, apresentado neste trabalho, surge como ponto de partida de uma investigação mais ampla intitulada *A história do fundo Gavetas da Torre do Tombo e o seu impacto na memória régia e no património escrito*⁴⁷ e que visa estudar esta coleção na perspetiva da história custodial e da memória histórica.

O fundo *Gavetas* da Torre do Tombo é constituído por milhares de documentos distribuídos por 242 maços e arrumados em 25 *Gavetas*. O seu âmbito cronológico é muito amplo, guardando documentos desde o século XII até ao século XX, em pergaminho e papel. Existem aí documentos em oito línguas diferentes: português, latim, castelhano, francês, italiano, árabe, chinês e manchu⁴⁸.

O nome *Gavetas* corresponde à forma como os diplomas e documentos em geral foram arrumados no antigo Arquivo Real, ou arquivo da Casa da Coroa. Não obstante, desconhece-se quando os pergaminhos passaram a ter essa arrumação. Tomé Lopes, nos seus já referidos relatórios, faz referência a pergaminhos guardados em gavetas⁴⁹. Em finais do século XVI, mais concretamente em 1580, já era usada essa classificação⁵⁰. A arrumação dos diplomas e documentos em gavetas não era exclusiva do arquivo régio. Também os arquivos eclesiásticos

44 «Memória», 1989.

45 Ver em particular RIBEIRO, 2003a: II, 158-169.

46 RIBEIRO, 2020.

47 Projeto aprovado no âmbito do Estímulo ao Emprego Científico da FCT (CEECIND/03863/2018).

48 ANTT. *Gavetas*.

49 RIBEIRO, 2020: 5.

50 AZEVEDO, 1906: 2.

estavam devidamente acondicionados em armários e gavetas. A título de exemplo cite-se o mosteiro de Alcobaça, cujo cartório, em 1716, constava de «onze caixoens com suas gavetas»⁵¹. Num comentário marginal a uma bula de 1531, copiada no *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo*, outrora no cartório do convento de Tomar, lê-se: «Esta bulla [...] ha de se buscar na gaveta das bulas»⁵², pelo que podemos inferir que as gavetas dos armários do cartório de Tomar estavam, num determinado momento, organizadas por matérias.

Inicialmente, cada *Gaveta* do arquivo régio guardava documentos que diziam respeito a um determinado assunto, nomeadamente, forais, testamentos, tratados, sentenças, morgados, entre outros. Frei Francisco Brandão (*Monarquia Lusitana*, tomo V, 1650) menciona a «gaveta das Cortes», «a gaveta segunda das bulas», a «gaveta dos testamentos», entre outras. Em 1739, D. António Caetano de Sousa (*Provas da História Genealógica*) ainda se refere às gavetas do arquivo pela natureza dos documentos aí contidos⁵³. Após o terramoto de 1755, Manuel da Maia procedeu a uma reorganização dos maços das antigas gavetas e essa nomenclatura foi substituída pela numeração sequencial dos documentos nos maços das *Gavetas*, a qual permanece atualmente. Por outro lado, houve gavetas, como a dos *Forais* e a dos *Morgados*, que foram constituídas em séries autónomas⁵⁴. Ao longo do tempo, inúmeros documentos foram retirados dos maços das *Gavetas* para integrarem outros fundos, nomeadamente o fundo das *Leis e Ordenações*, o das *Aclamações e Cortes*, o da *Casa Forte*, o das *Bulas*, o das *Chancelarias* e o da *Mesa da Consciência e Ordens*⁵⁵.

Os inventários e índices das *Gavetas* começaram a ser redigidos na segunda metade do século XVIII. A numeração das *Gavetas* e o seu respetivo inventário foram iniciados no século XVIII por Manuel da Maia⁵⁶, o qual contou, nos 195 maços que enchiam 20 gavetas, 5274 documentos⁵⁷. O guarda-mor Manuel da Maia e o escrivão Eusébio Manuel da Silva redigiram os dois volumes do *Índice dos documentos que se guardavam nas XX Gavetas antigas deste Real Archivo da Torre do Tombo*⁵⁸, que ainda hoje é possível consultar no arquivo⁵⁹. Deste período será também o *Inventario dos documentos chamados das Gavetas*, catálogo redigido pelo mesmo Manuel da Maia e também disponível para consulta na sala de referências do arquivo nacional⁶⁰. No final do século XVIII, o guarda-mor João

51 Cit. COSTA, 1980: 524.

52 ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 235, 3.ª parte, fl. 107v.

53 RIBEIRO, 2013a: I, 83.

54 PORTUGAL. IAN-TT, 1998b: 64.

55 ANTT. *Gavetas*.

56 SERRÃO, coord., 1984: 30.

57 AZEVEDO, BAIÃO, 1905: 24.

58 AZEVEDO, 1906: 3.

59 ANTT. *Instrumentos de descrição*, L 267-L 268.

60 ANTT. *Instrumentos de descrição*, L 271-L 273.

Pereira Ramos de Azeredo Coutinho mandou elaborar um inventário do arquivo para tomar conhecimento dos seus fundos e para facilitar as pesquisas. Neste inventário, dividido em seis partes distintas e englobando todas as coleções e fundos do Arquivo da Casa da Coroa, a coleção das *Gavetas* surgia na parte III do dito inventário⁶¹.

Na sequência das invasões francesas, foi decidido, em 1809 e novamente em 1810, proceder à evacuação de documentos do Real Arquivo da Torre do Tombo para o Rio de Janeiro. Nos 45 caixotes preparados para expedir para o Brasil encontravam-se, entre outros, documentos das *Gavetas*, a *Leitura Nova*, livros da *Chancelaria* e o *Armário Jesuítico*. Várias listas e inventários se produziram então, os quais refletiam uma seleção documental em função da sua natureza e do seu valor para o reino em situação de guerra. Afastada em definitivo a ameaça de novas invasões, a evacuação do Real Arquivo não chegou a efetuar-se⁶².

Talvez na sequência desta situação, ficou patente a necessidade de preservar muitos dos documentos originais das *Gavetas*, os quais foram copiados, cerca de dez anos mais tarde, para a *Reforma das Gavetas*, uma série documental constituída por 53 livros e redigida entre 1817 e 1818. Nesta série foram copiados os originais das *Gavetas* até ao maço 10 da *Gaveta 21*⁶³. Em 1912, foram compostos os índices *Gavetas: índice suplementar de Próprios (A-V) e Comuns (A-Z)*, que incluem entradas de documentos omitidos nos índices anteriores, bem como os das *Gavetas 22 e 23*⁶⁴.

Em 1906, Pedro de Azevedo afirmava que as *Gavetas* eram caixas de madeira com tampa corrediça e que a numeração dentro de cada maço fora atribuída pela gerência de Manuel da Maia, ou pouco antes⁶⁵. Neste trabalho, o autor incluiu um apêndice com os sumários do primeiro maço da *Gaveta 1*. É interessante compararmos as suas descrições com as que figuram no volume I das *Gavetas* (1960) e com as da base de dados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A título de exemplo, vemos que na descrição do documento n.º 4, Azevedo refere que o documento tinha um selo de chumbo de D. Afonso IV⁶⁶; o mesmo selo ainda é registado na publicação do volume I das *Gavetas*⁶⁷, mas na descrição da página da base de dados do arquivo nacional (2010) é anotado: «O documento tinha selo de chumbo»⁶⁸, o que significa que, entretanto, se perdeu.

61 ANTT. *Gavetas*.

62 CUNHA, 2001: 75-76.

63 PORTUGAL. IAN-TT, 1998b: 65; ANTT. *Reforma das Gavetas*.

64 ANTT. *Instrumentos de descrição*, L 269-L 270.

65 AZEVEDO, 1906: 2-3.

66 AZEVEDO, 1906: 6.

67 *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1960: I, 1.

68 ANTT. *Gavetas*, Gav. 1, mç. 1, n.º 4.

Em 1929, António Baião registava que a coleção *Gavetas* continuava a guardar-se em caixas de madeira e eram então as mesmas 20 *Gavetas*, distribuídas por 195 maços com 5274 documentos⁶⁹, como na inventariação de Manuel da Maia.

João Martins da Silva Marques, no seu *Index indicum* (1935), ou «manual do Arquivo da Torre do Tombo»⁷⁰, identifica cinco inventários relativos ao fundo *Gavetas*: o *Índice dos documentos que se guardavam nas XX Gavetas antigas*, redigido segundo Silva Marques em 1765; o índice suplementar de Próprios e Comuns, já com as *Gavetas* 21 a 23; os três volumes do *Inventario dos documentos chamados das Gavetas*, até à *Gaveta* 21; *Relação do número de documentos que contem os vários manuscritos desta coleção, com indicação dos documentos que faltam*, da segunda metade do século XIX, e até ao mç. 10 da *Gaveta* 21; o trabalho publicado por Pedro de Azevedo, *Gavetas da Torre do Tombo. Maço I da I Gaveta* (1906); e o *Índice das Gavetas*, que o autor classifica como a minuta do *Índice* de 1765⁷¹.

Entre os anos 1960 e 1977, sob a coordenação de António da Silva Rego, foram publicados, em 12 volumes, os sumários de quase todos os documentos da coleção das *Gavetas*, mais concretamente até ao final do maço 8 da *Gaveta* 23. Além da publicação dos sumários, foram transcritas várias centenas de documentos e o volume XII inclui ainda um apêndice com a transcrição de mais diplomas de *Gavetas* anteriores⁷². A Biblioteca Nacional de Portugal, através da sua Biblioteca Digital, disponibiliza a consulta de todos os volumes desta coleção bem como o *download* dos mesmos⁷³.

Em 1984, inicia-se a publicação da coleção *Fontes da História Portuguesa Contemporânea*, cujo primeiro volume é dedicado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁷⁴. Em virtude de tratar-se de uma coleção sobre fontes de história portuguesa contemporânea, a referência ao fundo *Gavetas* é muito breve e genérica e remete, naturalmente, para a publicação dos 12 volumes das *Gavetas da Torre do Tombo*, coordenada por Silva Rego⁷⁵.

No início da década de 90 do século XX, foi iniciada uma coleção intitulada *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia* (1991), de *África* (1997) e da *América Latina* (1998), que inclui referências ao fundo *Gavetas*. O ano de 1998 coincide com o início da publicação do *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo* e o fundo *Gavetas* está descrito no primeiro volume⁷⁶.

⁶⁹ BAIÃO, 1929: 6.

⁷⁰ MARQUES, 1935: 118-119.

⁷¹ MARQUES, 1935: 160-161.

⁷² *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1960-1977.

⁷³ *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1960-1977.

⁷⁴ SERRÃO, coord., 1984.

⁷⁵ SERRÃO, coord., 1984: 235-236.

⁷⁶ PORTUGAL. IAN-TT, 1998b.

Atualmente, a base de dados para consulta dos sumários dos documentos das *Gavetas da Torre do Tombo* está em permanente atualização, disponibilizando gratuitamente milhares de imagens digitais desses mesmos documentos. Os campos de pesquisa da base de dados são bastante amplos e completos e fornecem informações diversas, por exemplo, quanto à data, à dimensão e ao suporte, ao âmbito e ao conteúdo e às unidades de descrição relacionadas que remetem para outros fundos e eventual bibliografia dos documentos⁷⁷.

Na tabela seguinte apresentamos a distribuição dos documentos por maços e conforme a *Gaveta* a que dizem respeito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Tabela 1. A distribuição dos documentos no fundo *Gavetas da Torre do Tombo*

Distribuição dos documentos do fundo <i>Gavetas da Torre do Tombo</i>					
Gaveta	Maços	Docs.	Gaveta	Maços	Docs.
1	7	166	14	8	251
2	11	606	15	24	780
3	12	229	16	5	362
4	2	54	17	9	188
5	4	84	18	13	345
6	1	40	19	15	603
7	18	315	20	16	877
8	6	87	21	10	603
9	10	427	22	6	118
10	12	234	23	11	383
11	11	371	24	2	36
12	13	319	25	5	109
13	11	245	TOTAL	242	7832

Fonte: ANTT. *Gavetas*

Como podemos constatar, não há qualquer uniformidade na distribuição dos maços e documentos pelas *Gavetas*. Por exemplo, a *Gaveta* 6 tem apenas 1 maço, enquanto a *Gaveta* 15 tem 24 maços. A *Gaveta* 24 tem 36 documentos, enquanto a *Gaveta* 20 tem 877 documentos.

A arrumação dos documentos nas *Gavetas* poderá ter tido por base a sua temática. Por exemplo, os documentos das *Gavetas* 4, 5, 6 e 7 dizem sobretudo respeito às Ordens Militares de Avis, Santiago, Hospital, Templo e Cristo⁷⁸.

⁷⁷ ANTT. *Gavetas*.

⁷⁸ Os documentos destas *Gavetas* respeitantes às Ordens Militares (742 docs.) encontram-se digitalizados: *Gavetas da Torre do Tombo. Documentos sobre Ordens Militares*. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/bases-de-dados/ordem-militar/res_pesq_biblioteca>.

A *Gaveta 21* contém documentação relativa ao mosteiro de Santos da Ordem de Santiago. A *Gaveta 1* contém sobretudo documentação respeitante a mosteiros. A *Gaveta 2* é constituída maioritariamente por documentos que respeitam à Inquisição e ao Concílio de Trento. Da *Gaveta 8* fazem parte inquirições e cartas régias. A *Gaveta 9* é composta por doações, confirmações de posse, rendimentos de igrejas, entre outros. As *Gavetas 10, 11 e 12* contêm, sobretudo, sentenças a favor da Coroa. A *Gaveta 13* contém documentos relativos a doações, aforamentos e sentenças. Na *Gaveta 14* encontramos novamente inquirições e cartas régias, enquanto na *Gaveta 15* estão sobretudo cartas com notícias de territórios ultramarinos. A *Gaveta 16* tem maioritariamente testamentos da família real e da nobreza. A *Gaveta 17* é muito eclética, pois contém documentos referentes a contratos matrimoniais, autos de demarcações de vilas, a ratificação do Tratado de Tordesilhas e do Tratado de Alcáçovas, sentenças, arrematações de bens, entre outros. O mesmo se aplica à *Gaveta 19*, que contém documentos relativos a sentenças, certidões, procurações, cartas e traslados de cartas de escambo, posse e confirmações de posse de igrejas. A *Gaveta 22* possui documentos relativos a autos de nascimento e morte, termos de batismo dos infantes de Portugal, árvores genealógicas, entre outros. Na *Gaveta 23* destacam-se os documentos que relatam a revolução do 5 de Outubro de 1910 e ainda um livro de cópias de documentos portugueses em arquivos estrangeiros⁷⁹.

Como constatado por investigações anteriores, impunha-se uma revisão e atualização das descrições de alguns documentos do fundo *Gavetas*, em virtude de não corresponderem ao conteúdo dos mesmos e de estarem incorretamente datados. Tarefa hercúlea, sem dúvida, mas a que os investigadores que consultam o fundo, aliados aos arquivistas, poderão dar valioso contributo. O contexto pandémico atual veio dificultar a consulta *in loco* da documentação, sujeita a horários e condições ainda mais restritivos. Pudessem a direção do arquivo nacional aproveitar este contexto para investir na «política de divulgação e fruição do nosso património arquivístico», defendendo a memória dos povos e não permitindo que estes «tesouros sejam esquecidos e abandonados», como defendeu o seu diretor⁸⁰.

CONCLUSÃO

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo é uma instituição que resultou da necessidade de guardar e preservar diplomas relevantes associados ao poder político. Desde o século XII, a Corte, em itinerância, fazia-se acompanhar desses diplomas

⁷⁹ ANTT. *Gavetas*.

⁸⁰ LACERDA, 2008: 11.

ou entregava-os a instituições eclesiásticas para os custodiarem. A partir do século XIII, uma das torres do castelo de Lisboa, a cidade mais importante do reino, afirma-se como o local eleito para a preservação do arquivo régio.

Atualmente, o Arquivo é constituído por numerosos fundos, entre os quais o das *Gavetas* da Torre do Tombo. Inicialmente, a arrumação da documentação nas *Gavetas* tinha carácter temático. Hoje em dia, este fundo é constituído por milhares de documentos, repartidos por 242 maços e distribuídos por 25 *Gavetas*. Apesar de, aparentemente, ter havido uma tentativa de juntar na mesma *Gaveta* documentos provenientes de uma determinada instituição, como é o caso concreto das *Gavetas* com documentação relativa às Ordens Militares, a composição do conteúdo do fundo é bastante eclética, encontrando-se aí, por exemplo, documentos relativos à Inquisição, à demarcação de vilas e a tratados internacionais.

Remontam ao século XVIII os primeiros instrumentos de acesso à informação existente no fundo *Gavetas*, mas foi na segunda metade do século XX que se procedeu a uma descrição mais exaustiva deste fundo, complementada com centenas de transcrições de documentos, e que deu origem a uma publicação de doze volumes. Atualmente, o próprio Arquivo Nacional da Torre do Tombo disponibiliza, em acesso aberto, uma base de dados com a descrição do fundo e que inclui, em numerosos casos, as imagens digitais dos documentos.

Este trabalho assume-se, por sua vez, como o ponto de partida para uma investigação mais ampla sobre o fundo *Gavetas* da Torre do Tombo, cujo objetivo é estudar a sua história e o seu impacto na memória régia e no património escrito.

APÊNDICE DOCUMENTAL

1634.03.04, Lisboa

ANTT. *Gavetas*, Gav. 13, mç. 8, n.º 13

Jácome Bravo, guarda-mor da Torre do Tombo, informa o monarca do estado de conservação de alguns livros e coleções do Arquivo da Torre do Tombo.

Documento em papel, rasgado. Tem cópia em papel, datada de 1 de abril de 1713.

Pub.: RIBEIRO, 1813: 163-165.

[fl. 1r.] Demaes do que tinha visto nos livros da Torre do Tombo quando per mandado de Vossa Magestade fiz inventario delles ha onze annos, agora pella nova obrigação que me corre como goarda mor da dita Torre do Tombo de que Vossa Magestade foi servido encarregar me, reconheci particularmente os mesmos livros que estão naquelle archivo, e me pareceu dar conta a Vossa Magestade das cousas em que de presente convem prover se que são as seguintes.

Estão sem alfabetos todos os livros do registo da chancelaria de el rey Dom João 3º que são cento e nove livros.

E todos os livros da chancelaria de el rey Dom Sebastião e de el rey Dom Henrique que são cento e [...]ze⁸¹ livros.

E os livros do registo de litigimações, perdões, privilegios, igrejas, capellas e registo miudo de tempo de el rey Dom Phelippe primeiro, e de el rey Dom Phelippe segundo que são cento settenta e dous livros porque somente estão alfabetados os livros de registo de padrões officios e doações dos ditos dous reys e ainda a esses alfabetos lhes faltam algumas folhas que de novo se ajustarão pello escrivão que agora serve, posto que estão tão gastados que merecem tresladarem se de novo avendo occasião para isso.

Estão tambem por alfabetar os livros de registo das confirmações que fes el rey Dom Sebastião, e el rey Dom Phelippe primeiro que são dez livros.

A todos estes 403 livros convira fazerem se alfabetos [fl. 1v.] e tresladarem se <os taes alfabetos> em hum livro ou dous aparte pellos quaes se busque com pouca perda de tempo o que nelles estiver registado e se possa tambem entender com certeza o que não está.

Demaes disto el rey Dom Manoel mandou tresladar em livros novos de folhas de purgaminho respançado com enquadernações e iluminações custozas as chancelarias dos reys antes delle⁸², e a sua, e no rosto de cada livro esta tirado

⁸¹ Orificio no papel que impede a leitura do texto. Na cópia da Reforma das Gavetas, a palavra «onze» encontra-se riscada e, por cima, foi escrito «doze».

⁸² Na cópia da Reforma das Gavetas, lê-se «deles», mas o s final foi cortado.

a alfabeto⁸³ o que <se contem>⁸⁴ nelle. São estes livros muito grandes e pezados e com os baxarem das estantes em que estão, e os sobirem a ellas todas as vezes que he necessa[rio] buscar se alguma couza, se daneficão as emquadrernações em forma que estão algumas ja mal tratadas.

Offerecesse me por remedio a evitar este dano que em hum livro aparte se tresladem todos aquelles alfabetos e por aly se busquem as couzas, porque com isso se baxarão somente os livros onde se achar o que se busca e não todos hum e hum como agora se faz. E são estes livros maes de cinquenta.

Para isto tudo se fazer sera necessario aplicar se hum homem ao menos ao escrivão da Torre que faça boa letra e tenha noticia de negocio para que ajudando se hum ao outro o possão obrar. E parece me boa esta occasião em que [fl. 2r.] Luiz Alvarez⁸⁵ Temudo⁸⁶ serve na Torre de escrivão porque entendo que o fara com perfeição e que se disporá a isso dizendo se lhe da parte de Vossa Magestade que lho avera em serviço para lhe fazer por elle merce.

Mas ao homem que o ouver de ajudar he necesario sinalar se lhe porção com que se sustente possa aestir con tino e me parece se poderão aplicar a isso os trinta mil reis que são ordenados ao officio de escrivão da Torre do Tombo pagos na chancelaria, os quaes não leva Luiz Alvares por aver o ordenado de contador⁸⁷ de maneira que sem se fazer [no]va⁸⁸ despeza se podera fazer este serviço.

Tambem ha outros [livros]⁸⁹ <antiquisimos> das chancellarias⁹⁰ dos primeiros reys deste reyno <de> que se podera tratar⁹¹ depoes de vistos e alfabetados os que aqui se contem porque ainda que o sustancial delles esta lançado na leitura nova que mandou fazer el rey Dom Manoel <não esta lançado tudo o que nelles se registou e> sempre convira concerva llos⁹² emquanto se⁹³ puder e estarem alfabetados em forma que se saiba o que nelles he escrito <porque algumas veses he necessario recorrer se a elles> e parece me que para isto se poder fazer serão necessarios quatro ou sinquo annos de tempo.

83 Na cópia da Reforma das Gavetas, lê-se «tirado <a> alfabeto».

84 Escrito sobre o riscado «está».

85 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «Alves».

86 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «Temido», mas o *i* está riscado e foi acrescentado um *u* por cima. Na margem foi acrescentado «Temudo».

87 Seguem-se duas palavras riscadas.

88 Na cópia da Reforma das Gavetas tem um espaço em branco seguindo de «na».

89 Papel rasgado, reconstituição feita com base na cópia da Reforma das Gavetas.

90 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «Tambem ha outros antiquissimos das igrejas», mas foi corrigido na margem.

91 Segue-se riscado «deles».

92 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «concerça llos».

93 Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «ser».

Não trato dos papeis soltos⁹⁴ que estão nos almarios e caixoes⁹⁵ da Torre do Tombo porque para esses se concertarem pellas antiguidades e materias e se alfabetarem sera necessario huma idade inteira <e ja por essa cauza deixou de se fazer inventario delles quando o fis dos livros aos quaes >convem acodir se primeiro⁹⁶ <por ser couza em que> se gastara menos tempo.

Lixboa quatro⁹⁷ de Março de 634⁹⁸.

[fl. 2v.] Informasão da Torre do Tombo⁹⁹.

⁹⁴ Segue-se uma palavra riscada.

⁹⁵ Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «caixas», mas a palavra foi corrigida para «caixoens».

⁹⁶ Seguem-se palavras riscadas.

⁹⁷ Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «hum», mas riscado e corrigido por cima «quatro». Por baixo da frase foi acrescentado «Esta copia do documento numero 13 da Gaveta 13 Maço 8 se fez por ordem do guarda mor deste archivo para melhor inteligencia do seu original. Hoje 1 de Abril de 1713 annos».

⁹⁸ Na cópia da Reforma das Gavetas lê-se «mil e seiscentos e trinta e quatro annos».

⁹⁹ Segue-se a cópia da Reforma das Gavetas. No final lê-se «Conta que deu o guarda mor da Torre do Tombo a el rey dos livros, e papeis que na dita Torre havia, no estado em que estavam, e do que necessitavão. Em 4 de Março de 1634»; «Transcripto no Livro da Reforma das Gavetas a fol.»; «Gaveta 13 Maço 8 — N.º 13».

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- ANTT. *Gavetas*. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185743>>.
- ANTT. *Gavetas*, Gav. 1, mç. 1, n.º 4.
- ANTT. *Gavetas*, Gav. 10, mç. 5, n.º 34, n.º 35.
- ANTT. *Gavetas*, Gav. 13, mç. 8, n.º 13.
- ANTT. *Instrumentos de descrição*, L 267-273.
- ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Documentos Particulares, mç. 5, n.º 6.
- ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 235, 3.ª parte, fl. 107v.
- ANTT. *Reforma das Gavetas*. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4311309>>.

BIBLIOGRAFIA

- AS GAVETAS da Torre do Tombo. Ed. António da Silva Rego. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977. 12 vols. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<http://purl.pt/26848>>.
- AZEVEDO, Pedro de (1906). *As Gavetas da Torre do Tombo: maço I, da I Gaveta*. «Arquivo Histórico Português». 4, 1-9.
- AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António (1905). *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua historia, corpos que o compõem e organização*. Lisboa: Annaes da Academia de Estudos Livres.
- BAIÃO, António (1929). *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BAIÃO, António (1931). *O guarda-mór Damião de Góis e alguns serviços da Torre do Tombo no seu tempo*. «Anais das Bibliotecas e Arquivos». IX:33-34, 8-20.
- «Cadernos BAD». Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais de Informação e Documentação. 2 (2019). [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/issue/view/94>>.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1980). *Arquivos eclesiásticos portugueses: origem e evolução*. In ANDRADE, António Alberto, dir. *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, vol. 1, pp. 515-554.
- COSTA, José Pereira da (1982). *Torre do Tombo*. In PORTUGAL. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Exposição de documentos da Torre do Tombo: dez séculos de história*. Lisboa: ANTT, pp. 11-13.
- CRUZ, António (1963). *Arquivos Portugueses*. In SERRÃO, Joel, dir. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. 1, pp. 201-206.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2006). *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Reis de Portugal; 16).
- CUNHA, Ana Cannas da (2001). *Salvaguardar direitos, defender uma memória: o Real Arquivo e as invasões francesas*. In PORTUGAL. *Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. A Torre do Tombo na viragem do milénio*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 75-77.
- DINIS, A. J. Dias (1968). *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. «Anais da Academia Portuguesa da História». II Série. 17, 115-158.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; GARCIA, M. Madalena de Moura Machado (2001). *A Torre do Tombo no século XX*. In PORTUGAL. *Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. A Torre do Tombo na viragem do milénio*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 109-115.
- JANEIRO, Jorge (2017). *O sistema arquivístico espanhol: breve análise*. «Cadernos BAD». 1, 48-61.

- LACERDA, Silvestre (2008). *Apresentação*. In *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (Estudios)*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidro; Archivo Histórico Diocesano, pp. 9-11.
- MARQUES, João Martins da Silva (1935). *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ensaio de um manual de heurística e arqueologia)*. Lisboa: [s.n.] pp. 113-228. I. *Index indicum*. Sep. do vol. 1 de «Ethnos».
- «Memória: Revista Anual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo». Lisboa: ANTT. 1 (1989).
- MENDONÇA, Manuela (1991). *De Torre do Tombo a Arquivo Nacional*. «Raízes & Memórias». 7, 3-4.
- «Páginas a&b». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 3.ª Série. 14 (2020). [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/index>>.
- PESSANHA, D. José (1905). *Uma reabilitação histórica. Inventários da Torre do Tombo no seculo XVI*. «Archivo Historico Portuguez». 3, 287-303.
- PORTUGAL. IAN-TT (1997). *Guia de fontes portuguesas para a história da América Latina*. Lisboa: CNCDP; Fundação Oriente; IN-CM.
- PORTUGAL. IAN-TT (1998a). *Guia de fontes portuguesas para a história da Ásia*. Lisboa: CNCDP; Fundação Oriente; IN-CM.
- PORTUGAL. IAN-TT (1998b). *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo*. Lisboa: IAN-TT. Primeira Parte: Instituições do Antigo Regime. Vol. I: Administração Central.
- PORTUGAL. Instituto Português de Arquivos (1991). *Guia de fontes portuguesas para a história de África*. Lisboa: CNCDP; Fundação Oriente; IN-CM.
- RAMOS, Fátima do Ó (2001). *A Torre do Arquivo do Rei e da Administração Régia*. In PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. *A Torre do Tombo na viragem do milénio*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 41-63.
- RIBEIRO, Fernanda (2003a). *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols.
- RIBEIRO, Fernanda (2003b). *Como seria a estrutura primitiva do arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?* In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira, coord. *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: FLUP, pp. 1401-1414. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/14301>>.
- RIBEIRO, Fernanda (2020). *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. In MATOS, Sérgio Campos, coord. *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, pp. 1-14 (pdf). [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/130439>>.
- RIBEIRO, João Pedro (1813). *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, tomo III, parte II.
- SERRÃO, Joel, coord. (1984). *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea*. Lisboa: INIC, vol. I.